

Plus ça change...

Elisabete Dória Bilac*

THERBORN, Göran. *Between sex and power. Family in the world, 1900-2000*. London/New York: Routledge, 2004. 379 páginas.

Göran Therborn não se considera um especialista em estudos de família. O sociólogo sueco destacou-se por suas preocupações com os rumos do capitalismo e do marxismo contemporâneos, que o têm conduzido a reflexões sobre a modernidade, objeto de dois livros recentes (Therborn, 1995 e 1999). E, não obstante, deve-se a ele a mais ousada tentativa de análise da instituição familiar em termos mundiais das últimas décadas. *Between sex and power* é um livro que já nasceu clássico e é de leitura obrigatória para todos aqueles engajados nos estudos de família, sejam demógrafos, antropólogos, historiadores ou sociólogos.

Por suas preocupações abrangentes, o livro é comparável ao de William J. Goode, *Revolução mundial e padrões de família*, de 1963, traduzido para o português em 1969 (Goode, 1969). Contudo, não lhe dá continuidade, visto que as preocupações teóricas que o orientam são outras e as conclusões são radicalmente diferentes daquelas de Goode.

A proposta de Therborn é analisar, de modo comparativo, as mudanças ocorridas entre 1900 e 2000 nos principais sistemas familiares mundiais. A perspectiva é, assim, a da análise institucional. Como instituição social, ou seja, um conjunto de normas definindo direitos e obrigações de seus membros, e limites entre membros e não-membros, a família estaria “suspensa” entre o sexo e o poder. Síntese de forças biológicas e sociais, ela é sempre um resultado de relações sexuais passadas ou presentes – sem sexo não há família –, mas, ao mesmo

tempo, é a reguladora das relações sexuais, definindo quem pode, quem deve ou não deve ter relações sexuais e com quem. Deste modo, como qualquer outra instituição social, também a família pode ser apreendida em termos de um equilíbrio entre o padrão de direitos/obrigações e a distribuição de recursos de poder entre os membros – um balanço elástico –, no qual muitos direitos significam também muito poder e poucos direitos significam dependência. Esta noção de elasticidade ou resiliência institucional é fundamental na análise desenvolvida: a mudança institucional seria induzida por eventos e processos que perturbam o balanço entre direitos e deveres, poderes e dependências.

Nesta perspectiva, como primeira tarefa analítica, Therborn busca precisar quais as dimensões ou temas que melhor permitiriam avaliar as mudanças na instituição familiar. A escolha recai sobre três temas principais. O primeiro deles é o do patriarcado e dos direitos relativos de pais e filhos, homens e mulheres. O termo tem aqui um sentido estrito, referindo-se aos poderes familiares masculinos – de pais ou tios maternos, sem destacar ou excluir um certo poder feminino delegado ou vinculado ao poder paterno, como o poder das sogras, por exemplo. Embora leve em conta outros aspectos, como a discriminação das filhas no interior das famílias, a análise se concentra na relação entre pais e filhos adultos, de modo particular, na presença ou ausência de controle dos pais sobre os casamentos dos filhos e, em decorrência, sobre a formação de novos domicílios, na medida em que tais aspectos representam importante controle sobre a vida da nova geração. Para o autor, o poder paterno é a própria essência do patriarcado. O poder masculino sem esta conotação – a falocracia – é de outra natureza.

O segundo dos temas investigados é o papel do casamento e do não casamento na regulação do comportamento sexual e, em particular, dos vínculos sexuais. A escolha justifica-se, em primeiro lugar, pelo

* Pesquisadora aposentada do Departamento de Sociologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Araraquara, e pesquisadora do CNPq junto ao Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

fato de que padrões considerados muito recentes, como a união informal – seja pela coabitação ou de outro modo – e a residência unipessoal, na verdade são historicamente recorrentes e já estavam presentes na Europa e na América Latina e Caribe no século XIX. Em segundo lugar, porque o casamento, além de ser uma instituição *sui generis*, é o elemento mais importante de uma ordem social-sexual em profunda transformação desde a revolução sexual dos anos 60 e 70.

O terceiro tema escolhido é o da fecundidade e seu controle, analisado em uma abordagem que, com base no presente, pretende ser, simultaneamente, retrospectiva e prospectiva. O objetivo é refletir sobre as origens, o ritmo e as implicações – demográficas, políticas, culturais e econômicas –, para diferentes áreas mundiais, da ocorrência de um esforço global de controle da natalidade extremamente bem-sucedido.

A segunda tarefa analítica é identificar quais seriam os principais sistemas familiares do mundo contemporâneo. Para tanto, o termo “geocultura” cunhado por Wallerstein é empregado de uma forma muito específica, para designar “uma ancoragem geográfica e cultural para as normas e instituições” (p. 11), o que significa entender que a família, como instituição, incorpora também costumes e tradições locais, traços históricos de uma área particular que lhe dão grande variabilidade. Por isso, as fronteiras entre as geoculturas não são auto-evidentes, embora estejam sempre relacionadas ao poder político, fundamental na manutenção ou mudança das instituições.

Com base nas geoculturas, são identificados cinco grandes sistemas familiares no mundo, além de dois outros considerados intersticiais. Os primeiros seriam decorrentes de sistemas específicos de valores, de origem religioso-filosófica, e modelados pela história da área. Os sistemas intersticiais representariam encontros entre diferentes sistemas de valores. Os grandes sistemas familiares mundiais seriam: o da África (subsaariana); o Europeu (incluindo o Novo Mundo); o da Ásia Oriental; o da Ásia do Sul e o da Ásia Ocidental/Norte da África.

Já os sistemas intersticiais mais importantes seriam o do Sudeste Asiático e o da América “Creole”.

O sistema familiar do Sudeste Asiático, que se estende do Sri Lanka às Filipinas, com a Indonésia ao centro, seria um amálgama entre os rígidos patriarcados do Confucionismo, Islamismo e Catolicismo, a despreocupação budista com assuntos de família e os costumes malaio. Já o sistema da América *Creole* seria produto da história socioeconômica americana, que combina europeus cristãos proprietários (*plantations*, mineração) com escravos africanos e trabalho servil indígena. Esta história entrelaça uma cultura branca, extremamente patriarcal – mais rígida do que o patriarcado europeu que lhe deu origem –, com uma cultura popular falocrática, de informalidade sexual, escassez de casamentos legais e ampla disseminação de domicílios matri-focais, referida a negros, mulatos, mestiços e índios desenraizados. Embora seja mais distinto no Caribe, o padrão teria se disseminado por todas as Américas, dos guetos afro-americanos dos Estados Unidos às periferias andinas da América do Sul. Porém, em 1900 o padrão de família *creole*, a criação mais recente da modernidade, já estava sendo soblapado, com o fim da escravidão nas Américas e as novas ondas de imigração de trabalhadores livres.

Para um estudioso da família que trabalhe em nível nacional ou subnacional a generalização pode parecer excessiva. Contudo, da perspectiva mundial em que o autor se coloca, o recorte utilizado permite a identificação de fortes contrastes entre as características básicas dos sistemas identificados, no que diz respeito às práticas, significados e importância do patriarcado, do casamento e da fecundidade. Além disso, na análise são constantes as referências às diferenças intra-sistêmicas ou às peculiaridades nacionais.

Coerentemente, o livro está dividido em três partes, correspondentes a estes três temas ou dimensões fundamentais. Em todas elas o leitor é confrontado com uma imensa massa de informações, de natureza diversa – jurídica-política, histórica, antropológica, demográfica –, por meio de um

diálogo constante com a literatura especializada e com múltiplas fontes de dados. Embora o ponto de partida pretendido para a análise seja o ano de 1900, para poder caracterizar os sistemas familiares nesta data o autor se vê obrigado a recuperar aspectos importantes da história socioeconômica e política do século XIX, de modo a dar conta das mudanças nas variantes oriental e ocidental do sistema europeu, como também dos impactos do imperialismo europeu e americano nos demais sistemas familiares.

Ao longo do século XX houve profundas mudanças em todos os sistemas familiares, bastante diversas quanto ao ponto de partida, ritmo, *timing* e intensidade, uma vez que esses sistemas variam quanto à sua adaptabilidade ou resistência a novos desafios. Embora mutantes, eles sobreviveram ao final do século XX preservando características específicas.

O patriarcado, na opinião do autor, foi o grande perdedor do século XX. Sua derrocada começou nos países escandinavos, com os importantes direitos concedidos às mulheres e crianças ainda nos anos 10, e, a seguir, na vertente oriental do sistema europeu, com a Revolução Comunista. No pós-guerra, a trincheira patriarcal a sofrer reveses foi a do Leste Asiático, com a ocupação americana do Japão e a ascensão do Comunismo na China. Ainda no pós-guerra, a Declaração dos Direitos Humanos de 1948 da ONU serviria de base para mudanças no patriarcado em outras partes do mundo, uma vez que incluía formulações bastante avançadas sobre família e gênero.

Um terceiro momento de enfraquecimento global do patriarcado ocorreria a partir dos anos 60, e de modo particular na primeira metade dos 70, culminando com o Ano Internacional da Mulher em 1975, ao qual se seguiu a Década de Mulher (1975-85). A iniciativa da ONU teria estimulado tanto a preocupação dos governos com as desigualdades de gênero, quanto a ação de movimentos feministas.

Nestes três momentos, cuidadosamente analisados no livro, é possível observar-se a gradual erosão do patriarcado em diversas partes do mundo, embora em

intensidades diferentes: se na Europa Ocidental – que já era o menos patriarcal dos sistemas familiares – chega-se, ao final do século, a uma situação que pode ser considerada pós-patriarcal, ainda que sem equidade de gênero, em outros sistemas familiares a permanência de um abalado porém resistente patriarcado se expressa em certas práticas correntes como, por exemplo, entre inúmeras outras, a tradição hindu de casamentos acordados entre os pais na Ásia do Sul, o controle sexual da mulher na Ásia Ocidental/Norte da África, o padrão de sexualidade informal da América *Creole* ou a poliginia africana.

As mudanças na ordem sócio-afetiva e no casamento são ainda mais confusas, dada a imensa complexidade e variabilidade de padrões e significados entre e intrasistemas familiares. Apesar disso, após minuciosa análise, a conclusão do autor é que, de uma perspectiva mundial, o casamento é ainda a instituição dominante da ordem sócio-afetiva. Se um padrão pluralista de relações sexuais, no qual o casamento coexiste com a coabitação e com um “solteirismo” sexualmente ativo, é praticado por cerca de 40% da população mundial (na Europa, nas Américas, na África subsaariana, na Oceania, no Japão e em alguns enclaves da Ásia do Leste e do Sudeste), isto quer dizer que os outros 60% que vivem no resto do mundo não o praticam. Mais ainda: em algumas áreas da América Latina, como Brasil, México, Argentina e Chile, assim como nas maiores cidades da Europa Ocidental, há mais familismo marital e mais casamentos hoje do que há 150 anos, embora os contextos sociais e sexuais em que eles ocorrem estejam mudando profundamente.

Resumindo, a assim chamada revolução sexual não teria sido universal, mas delimitada ao sistema ocidental e às suas ramificações americanas. E mesmo na Europa Ocidental as variações entre os subsistemas teriam sido muito grandes. Embora tenham ocorrido mudanças no comportamento sexual no mundo todo, algumas não teriam sido mais do que variações menores nos regimes sexuais vigentes. Mais ainda: alguns padrões que

dela emergiram, como a coabitação informal ou o sexo fora do casamento, não são inovações do século XX, mas a retomada de padrões vigentes na Europa do século XIX. Também na América *Creole*, nos últimos 25 anos reverteu-se a tendência do início do século, de estabilização e formalização da família, em função do efeito combinado de uma longa crise econômica que erodiu as condições de vida das camadas populares e de influências culturais européias e americanas afetando as classes médias. Mas estas tendências são geograficamente bem delimitadas. Para o autor, no mundo, em geral, o casamento não está desaparecendo, mas tornando-se mais complexo. Prova maior disso são os movimentos europeus pela institucionalização da parceria entre homossexuais.

A análise da trajetória cambiante da fecundidade ocupa a terceira parte do livro e faz farto uso de informações e de interlocução com análises demográficas consagradas. Trata-se de entender como um padrão de família pequena e nuclear, restrito à França e aos Estados Unidos no início do século XIX, dissemina-se por todo o mundo no século XX, em duas ondas sucessivas.

A primeira dessas ondas teria ocorrido entre 1880 e 1930, cobrindo a Europa e as colonizações européias de além-mar. Provavelmente, foi deslançada pela depressão dos anos 70 que se seguiu à quebra financeira de 1873. Mas, segundo Therborn, o que teria começado como uma simples reação econômica logo se revelaria como parte da dinâmica de uma nova era demográfica. A hipótese do autor é de que esta primeira onda de controle da natalidade teria sido impulsionada pelas revoluções sociais e pelos movimentos radicais, apoiada pela emergente imprensa de massa e pelos movimentos trabalhistas, e contra a posição dos governos e das igrejas. Suas motivações estruturais estariam na onda continental de escolarização compulsória e de legislação contra o trabalho infantil, que elevou o custo da criança para os pais. Até 1965, porém, o Japão era o único país

não europeu a adotar o padrão de família pequena.

A segunda onda, no último terço do século XX, teve alcance mundial, embora muitos países (especialmente na África) tenham ficado fora dela. Em termos mundiais, a fecundidade caiu de 4,9 filhos por mulher nos anos 60 para 2,7 no final do século.

No Terceiro Mundo, esta onda teria sido impulsionada por um movimento controlista compósito, que contou, muitas vezes, com a participação direta ou, pelo menos, a benevolência dos Estados nacionais, além da filantropia protestante americana secularizada, de agências públicas do noroeste da Europa, de algumas lideranças políticas terceiro-mundistas e, gradualmente, do próprio Banco Mundial e da ONU. Este movimento tanto patrocinou quanto foi reforçado pela inovação tecnológica de contraceptivos baratos e fáceis, da esterilização reversível ao dispositivo intra-uterino e à pílula. Porém, quanto da queda da fecundidade se deve ao movimento de “*family planning*” e quanto dela se deve ao desenvolvimentismo estatal é ainda uma questão aberta. A intrincada história política desta segunda onda, cheia de controvérsias e ambigüidades, de múltiplos e divergentes atores, de momentos cruciais (como as conferências internacionais de população), é esmiuçada no livro, assim como são esmiuçados diferentes programas nacionais de controle populacional e seus resultados.

Mas também o sistema familiar europeu foi (novamente) afetado pela segunda onda no último terço do século XX, o que irá colocar a fecundidade européia abaixo do nível de reposição. Contudo, não apenas o contexto econômico é totalmente diferente daquele do Terceiro Mundo, como também são distintas as “capacidades cruciais de ação”¹ envolvidas. Se estas ações cruciais foram empreendidas pelo Estado e por organizações estrangeiras no Sul da Ásia e da África e por movimentos socioculturais significativos na América Latina, na Europa será o movimento feminista, em sentido lato,

¹ Esta é uma tradução aproximada para *crucial agency*, uma vez que não se dispõe de termo correlato em português.

o grande indutor de mudanças na segunda onda, em resposta às desigualdades de gênero colocadas pela situação pós-patriarcal, entre elas, o difícil equacionamento trabalho-família para as mulheres. Nos anos 90, na Europa, teriam nascido menos crianças do que as pessoas desejavam.

Deste modo, na análise da queda da fecundidade, Göran Therborn procura desenvolver um quadro explicativo geral que dê conta, simultaneamente, das duas ondas como processos de mudança cultural de massa – operando através das estruturas normativas e decisórias dos diferentes sistemas familiares e movidos por diferentes “capacidades cruciais de ação”.

Em termos culturais, o controle voluntário e preventivo da fecundidade suporia o desenvolvimento prévio de um sentido de *domínio pessoal da vida*, de capacidade de modelar o próprio destino (que seria o traço distintivo da modernidade), de um lado, e a *percepção* de benefícios por se ter poucos filhos, de outro. O autor desloca, assim, o clássico argumento da relação custo/benefício da criança do campo do cálculo racional para o campo da percepção, pretendendo, com isto, dar conta das lacunas e discrepâncias entre uma dada situação estrutural e a resposta cultural. Não se trataria, portanto, de negar as determinações estruturais da mudança cultural, mas de admitir que processos como difusão, imitação ou resistência – estimulados por uma cambiante “capacidade crucial de ação” (a ser identificada em cada processo) – tendem a tornar as mudanças culturais e as estruturais discordantes entre si em termos de tempo e de espaço.

Que conclusões gerais são extraídas deste imenso esforço analítico? Quais são as perspectivas de futuro?

Algumas delas já estão antecipadas na análise. Outras merecem uma discussão final. Em primeiro lugar, resulta claro que as mudanças nos sistemas familiares no século XX não foram necessariamente evolucionárias e tampouco unilineares, contrariando os prognósticos da “teoria da modernização”. Embora, de um modo ou de outro, todos tenham mudado, alguns sofreram mudanças mínimas, demonstrando

profunda resiliência, outros passaram por mudanças radicais. Mas nenhum desapareceu e todos mantiveram traços distintivos e característicos. A mudança foi desigual no tempo e no espaço e sua dinâmica foi multidimensional, multicultural e política tanto quanto econômica.

De um modo geral, portanto, não se sustentam nem as hipóteses de convergência entre sistemas familiares, nem as hipóteses de desaparecimento da família e de sua substituição por “relações puras” e por uma “sexualidade plástica”, no sentido guiddensiano.

Se há alguma convergência, esta pode ser identificada na erosão do patriarcado e na sua perda de legitimidade em todo o mundo. Mas permanecem ainda profundas diferenças cuja superação envolve recursos de escolaridade, trabalho e renda, portanto, superação das desigualdades intra e inter-regionais e desenvolvimento econômico. Além disso, a ordem pós-patriarcal que se estabeleceu na Europa continua sendo desigual em termos de gênero e cheia de conflitos.

Por sua vez, o crescimento da parceria informal na Europa e na América Latina não contribuiu para diminuir as diferenças entre as distintas ordens sócio-afetivas. De uma perspectiva mundial, há uma profunda variação entre situações de casamento quase universal e estrito controle da sexualidade legítima, como na Ásia, e a tendência ocidental de menos casamento e mais sexo.

Na verdade, estas mudanças na ordem sócio-afetiva na Europa teriam representado, antes de tudo, o fim de sua padronização industrial, encetada no século XX em torno de um padrão burguês – caracterizado pela homogeneização das taxas de natalidade em baixo nível, pela educação padrão compulsória, por altas taxas de casamento, concentradas em idade precoce –, e a retomada de sua histórica complexidade, que inclui o casamento e o não casamento, os domicílios unipessoais, idades variáveis ao casar, a coabitação informal e os nascimentos extra-conjugais. Neste processo, surgem formas que são novas ou que eram menos freqüentes anteriormente: o casal de dupla renda, o casal

sem filhos, a infância como filho único, o ninho vazio dos casais de meia idade e os domicílios de idosos sozinhos. Esta complexidade, não obstante, constrói-se em torno de um padrão modal de união heterossexual institucionalizada a longo termo.

Também a queda mundial da fecundidade, paradoxalmente, tornou o mundo mais desigual em 2000 do que ele era em 1900. Diminuíram as diferenças absolutas entre as TFTs nacionais ou regionais e a média geral, mas aumentaram levemente as diferenças relativas expressas pelos coeficientes de variação, indicando maior dispersão. Deste modo, no início do século XXI o mundo, como um todo, estaria encerrando o período de transição demográfica e retornando ao lento crescimento populacional anterior a 1750.

Com tudo isto, nem mesmo na Europa a família morreu ou está morrendo. E tudo indica que nem mesmo lá se caminha para um século de solidão. A residência unipessoal é muito mais restrita do que se imagina. Essa possível solidão é exagerada, na medida em que se conta domicílios e não pessoas. A experiência sueca é exemplar na demonstração da flexibilidade do sistema familiar, combinando altas taxas de residência unipessoal com nascimentos extramaritais e coabitação, fecundidade

média acima da União Européia e dois terços dos adolescentes crescendo com ambos os pais. Desta forma, a revolução sexual não teria diminuído a ânsia por laços emocionais profundos, duradouros, exclusivos. E ao mesmo tempo em que há a valorização e a busca de autonomia individual, há também uma real dependência familiar. Ao contrário do que se imagina, o aumento dos divórcios estaria na verdade revelando o renovado interesse pelo casamento.

Enfim, a família subsiste, em todas as partes do mundo, mas com maior complexidade.

Mais do que uma análise dos sistemas familiares, o livro é uma proposta de desenvolvimento de um quadro integrado de análise da mudança institucional, onde as importâncias relativas dos fatores econômicos, políticos, sociais e culturais são cuidadosamente ponderadas em cada contexto e situação específica, procurando-se apreender, ao mesmo tempo, as “conjunturas contingentes” e as “tendências estruturais”. Deste modo, não é de interesse apenas dos estudiosos da família, como também dos estudiosos da mudança social de um modo geral. Por tudo isto, *Between sex and power* está a exigir urgente tradução para o português.

Referências bibliográficas

GOODE, W.J. **Revolução mundial e padrões de família**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1969 (Biblioteca Universitária Série 2ª. Ciências Sociais).

THERBORN, G. **European modernity and beyond**. The trajectory of European societies, 1945-2000. Londres: Sage, 1995.

_____. **Globalizations and modernities**. Experiences and perspectives of Europe and Latin America. Estocolmo: FRN, 1999.

Recebido pra publicação em 15/4/2004.

Aceito para publicação em 3/5/2004.